

Quais os impactos da Base Nacional Comum Curricular para estudantes, educadores e famílias?

| Por Claudio Sasaki

Quais são os *drives* da inovação? Dentro da sala de aula, tema que me concerne, a inovação pode ser resultado de diferentes processos: de medidas regulatórias adotadas por governos às demandas detectadas por meio de evidências levantadas por alunos, pais, professores e gestores escolares. De acordo com análise do relatório *Measuring Innovation in Education 2019* – conduzido pela *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD), que congrega 35 países em torno do objetivo de promover políticas que visem o desenvolvimento econômico e bem-estar social – os grandes propulsores da inovação e da melhoria na educação são os recursos humanos (fundamentais a um excelente ecossistema de inovação); organizações de aprendizagem; tecnologias digitais; regulamentação e organização do sistema de educação; investimento em pesquisa; e desenvolvimento educacional genuinamente baseado em mudanças de práticas. O mapeamento, que compara cenários de países distintos de 2014 em relação a 2018, aponta que alguns desses pilares da inovação podem ser medidos e monitorados para que o país comece a construir um “índice de capacidade de inovação na educação”. Tema, aliás, bastante complexo diante dos desafios que temos pela frente.

Como a educação se reinventará para responder às megatendências que têm moldado o futuro das sociedades? Como preparamos os estudantes para o futuro que essa geração encontrará – não para o passado vivido pelos pais e educadores? Essas são algumas questões pertinentes que a OECD tenta trazer para a pauta dos países. Enquanto a inovação tem sido tratada pelas corporações privadas como uma questão estratégica, permanece como uma agenda política marginal na maioria dos sistemas educacionais. Para mudar esse cenário é preciso transformar a escola. É aqui que a Base Nacional Comum Curricular – com todas as fortalezas e vulnerabilidades – se encaixa.

O conjunto de mudanças trazidas pela BNCC demanda a ressignificação da escola para que possa dialogar com as demandas do futuro. Diante de estudantes que têm acesso à muita informação, a escola deixa o arquétipo de centro detentor e transmissor do conhecimento e para assumir uma postura de mediadora, tutora e asseguradora da aprendizagem – não do ensino. Até hoje, a preocupação sempre recaiu por ensinar, ou seja, o modelo educacional não tinha por foco entender quem estava aprendendo realmente. Hoje, nesse lugar que colocamos a escola, o aprendizado passou a ser a chave do processo. Nessa ótica, o papel da escola é orientar e auxiliar no processo de aprender, reforçando a proposta de construção coletiva do conhecimento; atuando dentro do conceito de pensar uma aula voltada para o desenvolvimento de habilidades e competências, analisando quais são os objetivos de aprendizagem que se deseja atingir. A forma de mediar esse conhecimento também ganha conotações diferentes ao incluir metodologias ativas de aprendizagem.

Para a gestão, o principal impacto será o planejamento escolar, currículo e, sobretudo, no Projeto Político Pedagógico, que deve ser revisto sob a nova perspectiva de abordagem no qual o conhecimento é ferramenta e contexto para o desenvolvimento de habilidades e competências. É o conteúdo aplicado no cotidiano dos alunos e da sociedade. A escola do passado – focada em memorização de conceitos e nas metodologias que priorizavam a transmissão do conteúdo – cede espaço para novas formas de aprender e ensinar. Um dos exemplos dessa mudança é a inclusão de formatos de avaliação mais contemporâneos. A prova escrita – ou de múltipla escolha – se torna uma entre muitas formas de avaliar a aprendizagem. Por mais que ela tenha um papel avaliativo, muitas vezes não se mostra como o melhor instrumento para compreender o desenvolvimento de habilidades e competências. Na prática, esse instrumento isolado não é muito eficaz para o novo cenário apontado pela BNCC.

Nesse novo contexto, outras práticas se destacam como as rubricas para autoavaliação e os *feedbacks* 360 graus. Todas as evidências deveriam ser usadas como avaliações formativas. A educação evoluiu para um modelo no qual toda a prova ou teste é somativo – avalia o resultado final –, quando deveria propor avaliações ao longo do processo; um processo com professores tendo acesso a indicadores de aprendizado, ou seja, avaliação formativa. A ideia é que a tecnologia e coleta de dados possibilitam que todas as evidências do dia a dia do estudante sejam utilizadas como formas de avaliações formativas que ajudam o corpo docente a ter *feedbacks* e evidências para trabalhar de forma individualizada com o aluno.

Na análise do impacto da BNCC para os alunos dos Ensino Fundamental – cujas diretrizes estão mais detalhadas se comparadas às do Ensino Médio, posso dizer que a mudança é transformadora. Os estudantes passam a aprender de forma ativa via abordagem que prioriza o desenvolvimento de 10 competências gerais (conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; e responsabilidade e cidadania).

Na prática, mobilizar conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais; habilidades práticas, cognitivas e socioemocionais; atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana. Essa falta de aplicabilidade do conteúdo na vida é uma das grandes causas dos três D's – desengajamento, desinteresse e desistência dos estudantes. Isso ocorre porque a escola não se conecta com as necessidades desses estudantes. Para vencer o desafio do engajamento, a Base estabelece as competências gerais que os alunos devem desenvolver e diversas específicas para cada área de conhecimento. Na escola que estávamos acostumados, esperava-se que o aluno aprendesse com metodologias expositivas de memorização; eles não tinham contato com o conteúdo transmitido. Os estudantes não agiam sobre esse conteúdo disponibilizado pelo professor, comportamento que leva, muitas vezes, à não compreensão do significado, muito menos na aplicação do conteúdo no cotidiano.

A Base estabelece as competências gerais que os alunos devem desenvolver e diversas específicas para cada área de conhecimento. Na escola que estávamos acostumados, esperava-se que o aluno aprendesse com metodologias expositivas de memorização; eles não tinham contato com o conteúdo transmitido. Os estudantes não



agem sobre esse conteúdo disponibilizado pelo professor, comportamento que leva, muitas vezes, à não compreensão do significado, muito menos na aplicação do conteúdo no cotidiano.

Para os pais, a BNCC demanda um novo olhar para a educação dos filhos. Embora as famílias tendem a encarar a aprovação no vestibular como principal indicador de aprendizagem e qualidade de uma escola, essa noção não é correta. Até porque o próprio vestibular, como conhecemos, é uma entidade que está se reinventando para dar conta da avaliação como um todo – não só a assimilação do conteúdo. Entra, nessa equação, as habilidades e competências: fatores essenciais para sucesso profissional e pessoal no novo contexto em que vivemos.

Na minha percepção – inclusive, como pai de quatro crianças – a demanda pertinente e expressa na Base Nacional Comum Curricular é auxiliar o estudante a desenvolver autonomia. É nesse contexto que entra a tecnologia. A BNCC demanda uma maior inserção da tecnologia no processo de ensino e aprendizagem. Para os alunos isso implica em maior conexão com a própria realidade – a tecnologia permeia todas as esferas da vida desse jovem, mas estava distante da escola – e, conseqüentemente, maior engajamento. Para professores, há uma necessidade de capacitação continuada. Para as famílias, a demanda pessoal de ressignificar a tecnologia, ou seja, mudar o olhar. O que antes era visto como instrumento de trabalho e entretenimento, hoje se torna instrumento de aprendizagem.

Devemos trabalhar para educar uma nova geração de brasileiros criativos, autônomos, críticos, inovadores, capazes de se reinventarem diante das novas demandas e das rápidas transformações mundiais. E isso passa pelo uso da tecnologia dentro da sala de aula, mas dentro de um contexto de intencionalidade pedagógica. O ponto é que não podemos correr o risco de ensinar conteúdos que ficarão obsoletos e achar que é o suficiente porque estamos usando a tecnologia. A busca é por ensinar o aluno a aprender cada vez mais. Esse alerta para o uso da tecnologia com objetivo pedagógico é muito importante porque, muitas vezes, parece que o fato de incluir aparatos tecnológicos na sala de aula é a chave para a melhoria da educação; para trazer inovação à escola. Pais e educadores devem estar muito atentos para não cair nessa falácia.

Voltando ao relatório da OCDE, os pesquisadores alertam que alguns dos resultados levantados devem nos motivar a pensar com mais cuidado na implementação de políticas, pois países que investiram em grandes reformas curriculares viram pouca inovação na sala de aula. Aponta que há pouca evidência de que a ênfase no currículo baseado em habilidades permitirá ao aluno prosperar em um mundo em que a inovação é crítica; no qual a inteligência artificial e a robótica podem transformar o papel dos seres humanos nos processos produtivos e sociais. Na essência, esse alerta serve para pensarmos na BNCC como o início de uma conversa franca sobre a necessidade de mudança na escola. Embora seja um passo importante, a Base Nacional Comum Curricular não resolverá todos os desafios que temos que enfrentar para garantir um ensino inovador e profundamente conectado com as demandas do século XXI. Devemos construir uma escola comprometida com a missão do aprendizado. Não precisamos garantir que o conteúdo seja dado; temos que garantir que cada pessoa aprenda.



| **Claudio Sasaki é mestre em Educação pela Stanford University e cofundador da Geekie, empresa referência em educação com apoio de inovação no Brasil e no mundo.**